

Endividamento e crédito consignado: o perfil do idoso Uberlandense

Stella Rodrigues dos Santos – stellarodriguesadm@gmail.com – UFU
Juliene Barbosa Ferreira – juliene.ferreira@ufu.br – UFU (orientadora)

Resumo

Com a política monetária expansionista adota pelo governo federal a partir de 2003, houve um vasto crescimento na oferta de crédito no Brasil, principalmente o crédito pessoal. Um dos tipos de créditos que mais cresceu foi o consignado. Tal fato pode ser justificado pela sua facilidade de contratação, menores taxas de juros quando comparada às demais modalidades de crédito e segurança para a entidade que o proporciona. Segundo estimativas do SPC Brasil, o número de idosos inadimplentes já chega a 4 milhões de pessoas, o que representa cerca de 25% da população acima de 65 anos. Assim, o presente trabalho busca analisar o impacto do crédito consignado sobre o orçamento familiar do idoso do município de Uberlândia – MG. Para isso foi traçado o perfil socioeconômico e demográfico dos idosos do município de Uberlândia, identificou-se os principais motivos que levaram à contratação do crédito e verificou-se, a partir das percepções deles, se há endividamento desse grupo devido ao acesso do crédito consignado. Os resultados obtidos mostram que mais de 41% os idosos possuem empréstimo consignado, no entanto não se consideram endividados, por mais que afirmem terem feito redução no orçamento a partir do momento em que contrataram o crédito e que sua renda já esteja completamente comprometida.

Palavras-chave: Crédito consignado. Idoso. Endividamento.

1. Introdução

Embora seja algo que ganhou uma maior evidência com o passar dos anos, a educação financeira ainda não faz parte do currículo escolar brasileiro, o que conseqüentemente contribui para a existência de pessoas que podem ser consideradas “analfabetos financeiros, sem conhecimento de como o dinheiro funciona (...)” (KIYOSAKI; LECHTER, 2000 p.5).

A educação financeira é um fator muito importante para a formação de cidadãos, mesmo que muitos tenham certa aversão em relação ao assunto e, também, a administração das finanças é algo que está presente no dia a dia e sua falta pode ter como conseqüência o endividamento.

Em teoria, o endividamento é resultado do acúmulo de comprometimento da renda com determinadas obrigações que podem ser ocasionadas por vários fatores. Segundo Cerbasi (2003), o endividamento pessoal não está diretamente ligado à renda do indivíduo, e sim à forma como ele administra as suas receitas e despesas. Outro fator que estimula o endividamento é a falta de conhecimento de como lidar com o crédito ofertado.

Em 2017 a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic Nacional), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), observou um aumento de 0,6 pontos percentuais do número médio de famílias com dívidas, nos vários tipos de créditos disponíveis, em relação ao ano de 2016. Segundo a Peic (2017), um dos fatores que explicam o crescimento do endividamento das famílias é o aumento facilitado de acesso ao crédito.

A oferta de crédito cresceu vastamente no país, principalmente a partir de 2003, com a política monetária expansionista adota pelo governo federal. A política monetária, ao mesmo

tempo em que elevou a taxa de juros para controlar a inflação, expandiu o crédito, o que refletiu em um aumento do consumo. A participação do crédito no PIB que estava um pouco acima de 20% em 2002, seguiu uma trajetória crescente alcançando mais de 31% em 2006 (SILVA, 2017). Contudo, após 2011, o IPEA (2016) divulgou que a participação do crédito no PIB começou a diminuir. Essa variável se manteve abaixo dos anos anteriores em torno de 10% de 2011 a 2013 e acima de 7,0% de 2014 a 2015. A maior queda foi observada em 2016, até o segundo trimestre, no qual esse percentual caiu rapidamente para 1,5% do PIB. No entanto, essa queda da participação do crédito no PIB não se refletiu no endividamento das famílias de forma geral.

Existem varias modalidades de crédito para pessoa física, entre elas, cartões de créditos, cheque especial, crediário, CDC (crédito direto ao consumidor), crédito para aquisição de imóveis e veículos, entre outros. O crédito consignado, em especial, cresceu muito no mercado e este fato pode ser justificado pela facilidade de obtenção, menores taxas em relação às demais modalidades, além de oferecer uma maior segurança à entidade que o proporciona. Tal modalidade é direcionada para aposentados, pensionistas, trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas e funcionários públicos (BANCO CENTRAL, 2018).

Em função da facilidade de acesso ao crédito consignado, o percentual da população, principalmente os aposentados, que o contrataram tem aumentado nos últimos anos. Segundo estimativas do SPC Brasil, o número de idosos inadimplentes já chega a 4 milhões de pessoas, o que representa cerca de 25% da população acima de 65 anos. De acordo com Kawauti (2014) “a média nacional de crescimento de pessoas inadimplentes nas bases do SPC Brasil atualmente é de 3,8%. Quando consideramos só a população entre 64 e 94 anos, o crescimento é de 7,5%, bem acima da média”.

Outro fator que pode explicar o crescimento do endividamento é o aumento da população idosa brasileira. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou em dezembro de 2016, que a população idosa com a faixa etária de 60 anos ou mais aumentou de 9,8% em 2005 para 14,3% em 2015.

Diante da facilidade de obtenção de crédito, aumento no estímulo para obtenção do mesmo, crescente aumento da população idosa e do número de inadimplentes com essa faixa etária, pergunta-se: qual é o impacto do crédito consignado na vida do idoso?

O município de Uberlândia é a área de estudo do presente projeto e localiza-se na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no estado de Minas Gerais. Sua população é 604.103 habitantes em uma área territorial de 4.115,206 km². A estrutura da população por faixa etária é distribuída entre os indivíduos com idade inferior a 15 anos que constituem 24,7% da população; entre 15 a 64 anos representam 70,1% e com 65 anos ou mais representam 5,3% da população, sendo, esta última, o foco do presente projeto de pesquisa (IBGE, 2017).

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar o impacto do crédito consignado sobre o orçamento familiar da população idosa do município de Uberlândia/ MG. Para isso, pretende-se: traçar o perfil socioeconômico, demográfico e domiciliar dos idosos que recorrem ao serviço de crédito; verificar os motivos que levaram os idosos a recorrer aos diferentes tipos de crédito; investigar, por meio da percepção dos idosos, as consequências da utilização do crédito no próprio orçamento.

O trabalho em questão está estruturado em 3 seções além desta introdução e das considerações finais, sendo a primeira seção destinada a apresentar o referencial teórico que norteia este estudo. A segunda seção trata-se dos aspectos metodológicos utilizados para a construção desta pesquisa e por fim, a terceira seção que se destina a apresentar a análise dos resultados da pesquisa de campo.

2. População Idosa e Endividamento

A análise da situação das pessoas idosas no Brasil no contexto atual, marcado pelo envelhecimento populacional e pela inclusão desta parte da população no mundo do consumo, mostra que uma nova forma de crédito, o crédito consignado para aposentados e pensionistas possui um desenvolvimento explosivo, alcançando em poucos anos praticamente um terço de todos os aposentados e pensionistas.

Desta forma, as próximas seções se destinam a apresentar o processo de envelhecimento e suas consequências econômicas, as modalidades de crédito e em especial o crédito consignado e resultado como endividamento dos idosos .

2.1. O Envelhecimento e a População idosa

Segundo o relatório sobre o envelhecimento, publicado em 2012 pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o crescimento da população idosa é uma das mais significativas tendências do século XXI. De acordo com esse relatório, uma em cada 9 pessoas no mundo tem 60 anos de idade ou mais, e estima-se um crescimento para 1 em cada 5 por volta de 2050, assim o envelhecimento da população é um fenômeno que já não pode mais ser ignorado.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu que para os países desenvolvidos os idosos são pessoas com idade de 65 anos ou mais e para os países subdesenvolvidos 60 anos ou mais. Os países desenvolvidos possuem como característica maior número de pessoas idosas, isto porque, tais países apresentam taxa de crescimento e de fecundidade menores em comparação aos países subdesenvolvidos, além do fato de que os países desenvolvidos possuem maiores avanços tecnológicos e recursos médicos.

Esse processo de envelhecimento da população (inversão da curva demográfica), de acordo com Carvalho e Garcia (2003) iniciou-se no final do século XIX em alguns países da Europa Ocidental, alcançando os demais países desenvolvidos no século XX, e se estendeu, nas últimas décadas, por vários países do Terceiro Mundo, inclusive o Brasil. Segundo os autores o processo de envelhecimento populacional é resultado do declínio da fecundidade e da queda da taxa de mortalidade.

Uma importante informação apresentada pelo relatório da UNFPA (2012) é a produtividade e contribuição daqueles que têm 60 anos ou mais no papel de cuidadores, eleitores, voluntários, empreendedores ou em outras atividades. O relatório aponta que, com medidas para assegurar atendimento à “saúde, regularidade nos ganhos, redes sociais e proteção jurídica, existe um dividendo de longevidade a ser colhido em todo o mundo pelas gerações atuais e futuras” (UNFPA, 2012 p. 4).

O estudo realizado por Camarano (2014) reforça o que foi apresentado no relatório da UNFPA (2012) e contribui ainda mais, ao apontar para uma mudança no perfil do idoso. Antes vistos como dependentes, frágeis, que apenas aguardam a morte, hoje os idosos são vistos, em sua grande maioria, como pessoas que possuem autonomia e independência, sendo referência em muitos domicílios. A mudança no perfil dos idosos ocorreu, principalmente, em razão dos benefícios previdenciários. Com uma renda estável, os idosos tornaram-se responsáveis por suas despesas e, em muitos casos, são os provedores da família.

Os estudos realizados por pesquisadores no Brasil, como os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) também apontam que o Brasil está caminhando na mesma direção dos países desenvolvidos, no que diz respeito ao processo de envelhecimento e do aumento da população idosa. Carvalho e Garcia (2003) corroboram esses estudos, apontando que no Brasil houve um crescimento da população com 60 anos ou mais do ano de 2012 para 2017. O número de

idosos em 2012 era de 25,4 milhões, entretanto o país ganhou 4,8 milhões de novos idosos em cinco anos o que corresponde a um crescimento de 18% no ano de 2017 desse grupo etário, que tem se tornado mais representativo no Brasil.

Outra pesquisa que confirma que a mudança do perfil do idoso também é percebida no Brasil é a realizada por Buaes (2015), que também mostra que o contexto brasileiro, nos últimos anos, vem apresentando novos consumidores que foram descobertos por meio da ascensão das classes populares para as camadas médias e do aumento do poder de consumo de idosos. Essa transformação anima a economia e desperta o interesse para o surgimento de negócios voltados a atender as demandas desses segmentos. Nesse sentido, os idosos dos grupos populares vêm sendo vistos no Brasil como novos consumidores.

No entanto, essas mudanças sócioeconômicas e culturais relacionadas ao perfil dos idosos, inclusive no Brasil, trouxeram reflexos em outras áreas, como a questão do endividamento, por haver créditos disponíveis e específicos para esse público. Assim, o objetivo do próximo tópico é discorrer sobre esse processo de endividamento da população idosa.

2.2. Disponibilidade de Crédito e Crédito Consignado

Em épocas de crise econômica, em emergências familiares, ou mesmo para sair do aluguel ou comprar um carro novo, um dinheiro extra, não só é bem vindo, como se torna, em muitos casos, necessário. Essas situações podem ser vivenciadas pela maioria da população, de todos os países. Não obstante, os bancos e instituições financeiras, que ofertam crédito, são as empresas que apresentam maior rentabilidade e retorno (BANCO CENTRAL, 2018).

Atualmente, o mercado financeiro brasileiro fornece um conjunto diversificado de empréstimos e financiamentos para clientes que desejam comprar bens ou serviços, mas não têm fundos disponíveis em seu orçamento pessoal. Uma das maneiras existentes de financiar essas demandas é através do crédito pessoal, que antecipa recursos para clientes individuais, permitindo que eles possam consumir imediatamente e paguem por isso posteriormente, com renda futura (SCHUH; CORONEL; FILHO, 2017).

Ainda de acordo com Schuh; Coronel; Filho (2017), o acesso ao crédito aumenta o poder de compra da população e, conseqüentemente, fomenta a atividade econômica. Essa é uma das razões pelas quais o governo, nos últimos anos, incentivou e facilitou os empréstimos de crédito, especialmente para a população de baixa renda. Tais modificações na política de crédito tiveram início no período de 2003, representando uma mudança significativa no modelo de política econômica que o país vinha utilizando nos últimos vinte anos, no que diz respeito à concessão de crédito.

De acordo com o Banco Central Brasileiro, as instituições bancárias utilizam diversas formas de atender essa procura pelo dinheiro extra, com diferentes tipos de empréstimos, tais como: i) Refinanciamento de imóveis e veículos; ii) Empréstimo Pessoal; iii) Empréstimos Empresarial; iv) Crédito Rural; v) Empréstimo Consignado; dentre outros. Cada um destes serviços possuem pontos positivos e negativos, além de um público-alvo que precisa atender a algumas especificações.

Para este trabalho o foco será no empréstimo ou crédito consignado. Segundo o Banco Central, o empréstimo consignado é descontado automaticamente na folha de pagamento, contracheque ou benefícios INSS, sendo o público alvo: aposentados e pensionistas do INSS; servidores públicos federais, estaduais e municipais; militares das forças armadas; funcionários com carteira assinada e que possuam convênio com bancos autorizados. A vantagem do crédito consignado, em geral, é uma menor taxa de juros.

As especificidades de cada modalidade de crédito para pessoa física, conforme apresentado pelo Banco Central do Brasil encontram-se no quadro 1.

Quadro 1. Modalidades de Crédito pessoa física

Cartão de crédito	Modalidade de crédito em que a instituição bancária concede um limite monetário para pagamento de bens e serviços.
Cheque-especial	É um tipo de operação de crédito vinculada a contas-correntes mediante a utilização de um montante pré-fixado sem necessidade de informar antecipadamente à instituição financeira.
Crédito pessoal	É um tipo de empréstimo ofertado às pessoas físicas, o qual não está vinculado à obtenção de bens ou serviços, podendo ser utilizado de forma livre pelo tomador.
Financiamento de veículo	Operação creditícia específica para aquisição de veículo. Neste tipo de operação, ordinariamente, solicita-se alguma garantia como a alienação fiduciária ou hipoteca.
Crédito imobiliário	Operação de crédito que tem por objetivo financiar a aquisição de um bem imóvel, tendo o próprio bem como garantia.
Crédito rural	Operação de crédito com o objetivo de estimular os investimentos rurais efetuados pelos produtores ou por suas cooperativas.
Crédito Consignado	Operação de crédito para fins diversos, descontado diretamente em folha de pagamento do servidor, aposentado ou pensionista.

Fonte: Elaboração própria, BANCO CENTRAL (2015).

Os dados divulgados pela Peic (2017), apresentados na tabela 1, mostram que mais de 70% do crédito contratado por pessoa física se dá pelo uso do cartão de crédito. Verifica-se, ainda, que esse índice aumenta mais de 6% de 2010 para 2017. Vale ressaltar duas outras modalidades de crédito, o imobiliário e o consignado. O crédito imobiliário aumentou de 2010 para 2017 aproximadamente 256%, enquanto o crédito consignado totalizou um acréscimo de 143% no mesmo período. Todas as demais modalidades de crédito apresentaram uma redução.

Barros e Pinto (2014) já haviam analisado alguns desses dados para outro período e verificaram que houve uma expansão dos empréstimos para pessoas físicas desde o início de 2003. Os autores demonstram que o crédito pessoal, que inclui o crédito consignado, foi o maior responsável pelo crescimento da taxa de oferta de crédito, além da grande expansão do crédito para aquisição de veículos, que oferece a garantia da alienação fiduciária. Quanto à disposição das famílias em usufruir dessa disponibilidade de crédito e ampliar o endividamento também foi estimulada pelas principais redes varejistas e logo imitada pelos bancos e suas financeiras, de alongamento dos prazos das operações de crédito ao consumidor, reduzindo as parcelas e diminuindo a inadimplência.

Tabela 1. Percentual de contratação por modalidade de crédito de 2010 a 2017.

Tipo de dívida	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Cartão de crédito	70,9 %	72,7%	73,6%	75,2%	75,3%	76,1%	77,1%	76,7%
Cheque especial	8,3%	6,8%	6,2%	6,2%	5,6%	6,2%	7,2%	6,7%
Cheque pré-datado	4,0%	3,0%	2,7%	2,2%	1,8%	1,7%	1,7%	1,4%
Crédito consignado	3,9%	3,9%	4,0%	5,2%	4,7%	4,6%	5,4%	5,6%
Crédito pessoal	11,3%	10,8%	11,3%	10,5%	9,5%	9,0%	10,3%	10,3%
Carnês	25,0%	22,0%	19,8%	18,7%	17,0%	16,9%	15,4%	15,7%
Financiamento de Carro	10,3%	10,0%	11,5%	12,2%	13,8%	13,7%	11,2%	10,2%
Financiamento de casa	3,2%	3,5%	4,5%	6,1%	7,8%	8,3%	7,9%	8,2%
Outras dívidas	2,5%	3,1%	2,2%	2,5%	2,3%	2,2%	2,4%	2,6%
Não sabe	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%
Não respondeu	0,3%	0,5%	0,3%	0,3%	0,3%	0,1%	0,1%	0,1%

Fonte: Peic, 2017.

No entanto, essa atividade de expansão de crédito veio acompanhada de “efeitos colaterais”. De acordo com Barone e Sander (2008) o problema mais comum decorrente desse tipo de empréstimo é o mau uso dos recursos, considerando-se a possibilidade de elevado endividamento pelas pessoas de baixa renda. Com o objetivo de minimizar esse problema, o governo federal estabeleceu como limite máximo de endividamento de 30% do valor do salário, da aposentadoria ou pensão, incluindo o limite do cartão de crédito fornecido por algumas instituições financeiras, com prazo máximo para quitação de até 72 meses.

Esse problema do endividamento é abordado no estudo de Vasconcelos (2016) onde a autora afirma que o número crescente do serviço de contratação do empréstimo consignado e a adesão ao cartão de crédito por pessoas da terceira idade, motivaram a investigação das consequências do uso do crédito na vida dos idosos, bem como a possibilidade de se ter configurado o endividamento.

Diante desse quadro, a próxima seção tem por objetivo apresentar algumas questões sobre as finanças pessoais e o endividamento, sobretudo para a população da terceira idade.

2.3. Finanças Pessoais e Endividamento

As finanças pessoais têm por objeto de estudo a análise das condições de financiamento das aquisições de bens e serviços necessários à satisfação das necessidades e desejos individuais. Numa economia baseada em moeda e crédito, as finanças pessoais compreendem o manejo do dinheiro, próprio e de terceiros, para obter acesso às mercadorias, bem como a alocação de recursos físicos (força de trabalho e ativos pertencentes ao indivíduo) com a finalidade de obter dinheiro e crédito. Como ganhar bem e como gastar bem, em síntese, é o problema com que lidam as finanças pessoais (PIRES, 2007).

Neste sentido, Luquet (2007) diz que fazer o orçamento caber dentro do salário é uma arte para poucos. Segundo o autor muitos não possuem ideia do próprio patrimônio, do volume de suas despesas mensais e o quanto é necessário para viver de forma confortável por um mês, isso porque vivem em uma completa desorganização financeira.

Lucci et al (2006) reafirmam o apresentado por Luquet (2007) e Pires (2007) e ressalta que a importância da educação financeira pode ser vista sob diversas perspectivas: sob a perspectiva de bem estar pessoal, jovens e adultos podem tomar decisões que comprometerão seu futuro; as consequências vão desde desorganização das contas domésticas até a inclusão do nome em sistemas como SPC/ SERASA (Serviço de Proteção ao Crédito), que prejudicam não só o consumo como, em muitos casos, na carreira profissional.

Ainda de acordo com os estes autores, existe outra perspectiva, de consequências mais graves, é a do bem estar da sociedade. Em casos extremos, pode culminar no sobrecarregamento dos já precários sistemas públicos, ou ocasionando políticas públicas de correção; alguns exemplos seriam o aumento ou a mera existência de impostos e contribuições com a finalidade de, mediante programas compensatórios, equilibrar orçamentos deficientes de indivíduos não necessariamente pobres, ou ainda, o aumento da taxa básica de juros para conter consumo e diminuir taxa de inflação, bem como a dependência total de sistemas como SUS e INSS.

Outro ponto observado por Lucci et al. (2006) trata-se da vulnerabilidade dos consumidores às crises econômicas por não possuírem a prática de administrar seus recursos, estando despreparados para agir diante das consequências das mesmas.

Diante do consumo excessivo, muitos indivíduos contraem dívidas, comprometem uma parcela significativa de suas rendas, e, em muitos casos, acabam tornando-se inadimplentes, ou seja, acabam por não cumprir com seus compromissos financeiros. À luz desta concepção, endividados trabalham para quitar suas dívidas por terem pouca ou nenhuma habilidade de lidar com o dinheiro, por não se preocuparem em fazer um planejamento financeiro ou por motivos implícitos em razões sociais ou psicológicas. Muitos desses indivíduos conseguem retomar o equilíbrio de suas vidas, outros necessitam de ajuda e muitos terão que carregar consigo o estigma de eternos endividados (FERREIRA, 2006).

O termo endividamento ainda causa dúvida entre as pessoas, pois, boa parte não entende o que realmente o termo significa. Segundo uma pesquisa realizada pelo SPC Brasil em fevereiro de 2017, 58 milhões de brasileiros se encontram endividados e com nome incluso em órgão de restrição de crédito. A pesquisa apontou também que oito em cada dez pessoas possuiu uma percepção errada sobre estar endividada, a maior parte dessas pessoas acredita que estar endividado é estar com contas atrasadas, quando na verdade estar com contas em atraso, ou seja, estar em falta com uma determinada obrigação é estar inadimplente.

De acordo com a perspectiva de Marques e Frade (2003) compreende-se por endividamento o saldo devedor de um agregado familiar, sendo a contratação de recursos por meio de crédito, a principal fonte de endividamento. Isso faz com que o problema do endividamento seja normalmente associado ao empréstimo contratado em período anterior.

Zerrenner (2007) corrobora com Marques e Frade (2003), ao afirmar que o endividamento financeiro é o comprometimento da renda com dívidas contraídas durante determinado período de tempo. Outro termo importante é o sobreendividamento definido por Zerrenner (2007) como situação da qual o devedor se acha impossibilitado de cumprir com os seus compromissos financeiros sem pôr em risco a subsistência da família, ou seja, embora o devedor continue a satisfazer os seus compromissos, faz com serias dificuldades. O sobreendividamento pode ser ativo ou passivo, sendo que o ativo acontece quando o devedor contribui para se colocar em uma situação de impossibilidade de pagamento e o passivo é resultado de situações imprevisíveis que afetam de forma grave a capacidade de pagamento.

Seguindo esta linha, Lopes (1996) afirma que o superendividamento tem sido um problema raramente mencionado no Brasil dos consumidores (*overindebtness, surendettement*). Silva e Silva (2015) diz que inadimplência dos consumidores trata-se do fenômeno social (e não apenas pessoal) por ultrapassarem sua capacidade de consumo a crédito. Sabendo que o endividamento pode ser ocasionado por vários fatores que vão desde um desequilíbrio financeiro por um motivo de saúde até o comprometimento excessivo da renda com bens desnecessários, em ambos os casos nota-se a necessidade do indivíduo ser mais educado financeiramente.

Analisando os dados sobre endividamento, apresentados no gráfico 1, verifica-se que foi a primeira alta do indicador em três anos, considerando as médias anuais. Após uma queda no segundo trimestre do ano de 2017, o percentual de famílias com dívidas permaneceu acima

do patamar observado em 2016 e ao longo de todo o segundo semestre de 2017, terminando o ano em 62,2%, o patamar mais alto entre meses de dezembro. Assim, o percentual médio de famílias endividadas aumentou de 60,2% em 2016 para 60,8% em 2017.

Gráfico 1. Percentual de famílias endividadas comparativo de 2014 a 2017.



Fonte: PEIC, CNC

O SPC Brasil estima que ao final de abril de 2017 havia um total de 59,0 milhões de pessoas físicas negativadas no país. O Sudeste é a região que concentra, em termos absolutos, o maior número de negativados, somando 24,90 milhões de consumidores nessa situação, o que representa 38,17% da população adulta da região. A segunda região com maior número absoluto de devedores é o Nordeste, que conta com 15,60 milhões de negativados, ou 39,19% da população. Em seguida, aparece o Sul, com 8,29 milhões de inadimplentes (37,16% da população adulta). Em termos relativos, destaca-se o Norte, que, com 5,35 milhões de devedores, possui 45,77% de sua população adulta incluída nas listas.

Embora pareça o vilão do orçamento familiar, Dickerson (2008) destaca que o endividamento é um dos mecanismos mais importantes para a aquisição de bens de consumo, e não deve ser visto como algo indesejável ou condenável, quando feito de forma racional e não exagerada, principalmente porque, além de possibilitar que o consumidor possa satisfazer necessidades imediatas utilizando o crédito de valores futuros que tem a receber, também ajuda uma nação a manter uma economia saudável.

De acordo com a Serasa Experian (2018) em Julho de 2018 foi contabilizado 8,8 milhões de idosos que deixaram de pagar em dia seus compromissos o que significa um aumento de 10% em relação ao apurado no período correspondente do ano passado (8 milhões). O valor do montante de contas em atraso entre os inadimplentes na faixa etária acima de 61 anos também subiu, e atingiu R\$ 41,1 bilhões. Isso resulta em uma dívida média de R\$ 4.668,00 por idoso.

Apesar de não ser a mais elevada entre as faixas etárias, a inadimplência entre os idosos foi a que mais cresceu nos últimos dois anos. Do total de pessoas no país com mais de 61 anos, 35,1% delas estavam com o orçamento no vermelho em julho de 2018, uma evolução de 2,6 pontos percentuais frente ao resultado de julho/2016.

Tabela 2. Inadimplência por faixa etária e variação da inadimplência de um ano para outro. (%)

Idade	Jul/18	Jul/17	Jul/16	Varição 2018 vs 2017	Varição 2017 vs 2016	Varição 2018 vs 2016
18 a 25	31,6	32,8	33,5	-1,2	-0,7	-2,0
26 a 30	45,2	45,9	47,0	-0,8	-1,1	-1,8
31 a 35	45,5	46,0	46,3	-0,5	-0,2	-0,7
36 a 40	47,2	46,9	46,6	0,3	0,2	0,5
41 a 50	44,0	43,3	42,6	0,7	0,7	1,4
51 a 60	37,9	36,8	35,8	1,1	1,0	2,1
+ de 61 anos	35,1	33,5	32,5	1,6	1,0	2,6
Total	40,1	40,0	39,9	0,2	0,1	0,3

Fonte: Serasa Experian

De acordo com a avaliação dos economistas do Serasa Experian, diante da reversão da recessão em ritmo mais lento do que o esperado, um número maior de aposentados ou pensionistas com mais de 61 anos passou a ajudar o orçamento de suas famílias, ao usar empréstimos consignados. A consequente redução da renda, comprometida com esse tipo de dívida, leva o idoso a abrir mão da regularidade no pagamento de outras despesas fixas do mês como as contas de luz, água e gás.

2.4. Endividamento na Terceira Idade: Estudos anteriores

Neste tópico serão abordados alguns estudos realizados anteriormente com essa temática. Dentre eles o estudo realizado por Doll e Cavallazzi (2016) que apresenta uma pesquisa sobre o impacto do crédito consignado para pessoas idosas em São Paulo e Porto Alegre. O objetivo era entender como os idosos lidam com a facilidade de obtenção do crédito consignado e porque recorrem a tal serviço, se há uma consciência das consequências de adquirir esse crédito e, como os idosos lidam com as formas invasivas e agressivas de *marketing*. Como resultado esse estudo chegou à conclusão de que o crédito consignado pode ser comparado com uma faca de dois gumes, pois, este serviço de crédito permite aumentar o poder de compra do idoso, o que faz com que ele tenha uma inclusão significativa no mundo do consumo. Por outro lado, conclui que os idosos são vulneráveis frente a essa oferta de crédito, pois, eles na maioria das situações, encontram em estado de superendividamento devido a algumas despesas extras que se tornam parte de suas vidas, como a necessidade de medicamentos rotineiros, além do fato de que boa parte dos idosos que fizeram parte do estudo apresenta um baixo grau de escolaridade.

Por meio de um estudo descritivo com abordagem qualitativa, o artigo de Souza e Moretto (2014) teve como principal objetivo verificar quais foram os motivos que levaram os aposentados a adquirirem o crédito consignado. Para isso os autores realizaram entrevistas com 12 idosos aposentados moradores do município de Não-Me-Toque (RS) que possuíam o crédito consignado e concluíram que os entrevistados tem incorporado a possibilidade de tomar o crédito consignado como uma escolha cotidiana e declaram ser independentes na decisão, embora que na maior parte das vezes assumam o endividamento para auxiliar familiares que estão em dificuldade. O afeto e a solidariedade econômica no âmbito da família influenciam de forma significativa na tomada de decisão.

Observado uma participação significativa do idoso brasileiro na renda familiar o trabalho realizado por Souza, Medeiros e Medeiros (2016) identificou que a dívida mais comum para esse público é o chamado empréstimo consignado. Dados apresentados pelos autores mostram que no período de 2013 a 2014 a inadimplência entre os consumidores da terceira idade foi a que mais cresceu. Os autores destacam ainda que alguns dos motivos que levam o endividamento do idoso são: a oferta ostensiva do crédito consignado ou sem análise,

a necessidade de ajudar um familiar, aumentos modestos da aposentadoria em alguns anos, a longevidade, pois, como os idosos estão vivendo mais há uma maior necessidade de gasto com lazer ou até mesmo a falta de controle para se adequar as contas com a queda de renda devido à aposentadoria.

De acordo com o trabalho realizado por Lopes *et al* (2014) existem várias modalidades de crédito no Brasil, entretanto a modalidade que teve um crescimento mais significativo foi o crédito pessoal. Diante disso, o objetivo do trabalho dos autores foi realizar um levantamento do perfil dos idosos aposentados e pensionistas que fazem a utilização do empréstimo consignado do município de Barra do Piraí /RJ, além de relatar os principais motivos para a aquisição desse crédito, quais foram os benefícios de adquirir e identificar como ele impacta na vida dos usuários. Os resultados foram obtidos por meio de uma pesquisa quantitativa realizada com questionários aplicados com 41 idosos acima de 60 anos e concluíram que embora os entrevistados tenham receio de se declararem endividados, os poucos que assumiram ressaltaram que os débitos não são próprios, pois, eles têm o hábito de adquirir dívidas para auxiliar seus familiares, o que corrobora com a conclusão do estudo de Souza e Moretto (2014). Outro ponto destacado pelos autores foram os motivos que levam os idosos aposentados e pensionistas, a adquirirem o Crédito Consignado, pois, a grande maioria alegou que seus motivos foram: Aquisição de bens materiais, reforma de imóvel e lazer respectivamente, deixando claro que, diferente de tempos atrás quando ser idoso era sinônimo de ser inválido e por vezes um peso para suas famílias, os idosos de hoje tem uma grande preocupação com a qualidade de vida, com o bem estar e realizações de sonhos pessoais. Aponta-se também como importante o fato de que a maior parte dos entrevistados tiveram que reduzir seu orçamento quando as parcelas do empréstimo começaram a serem debitadas em seus benefícios.

Em contra partida o estudo realizado por Pulcine, Santos e Oliveira (2008) diverge dos resultados encontrados por Lopes *et al* (2014) e Souza e Moretto (2014), pois, os autores analisaram a evolução das solicitações do crédito consignado, bem como o perfil dos requisitantes e os motivos que os levam a solicitar essa modalidade de empréstimo. Concluíram que, é uma modalidade de crédito que vem crescendo expressivamente nos últimos anos, devido ao baixo risco de inadimplência e facilidade de análise e aprovação. Já o perfil do cliente é composto principalmente por mulheres que solicitam esse tipo de crédito para quitar dívidas, o que demonstrando de um lado, as necessidades dos aposentados brasileiros para atender suas necessidades financeiras. Revela ainda que, os requisitantes do crédito dependem de recursos pessoais e de recursos de terceiros, em especial, dos empréstimos bancários para manter um determinado padrão de vida.

3. Metodologia

A pesquisa é de caráter descritivo. Conforme Cervo e Bervian (2006) é na pesquisa descritiva que se pode ter a descrição das características da realidade pesquisada. Para ter uma melhor compreensão das consequências que um crédito consignado representa para uma pessoa idosa, foi realizada uma pesquisa junto aos idosos, residentes no município de Uberlândia, localizado no estado de Minas Gerais. O período de coleta de dados foi de abril a maio de 2019.

Os dados foram coletados por meio de questionário (Anexo A) aplicado, contendo perguntas objetivas que possibilitaram identificar o perfil socioeconômico e familiar do entrevistado como também, a forma como ocorria o uso do crédito pelos idosos. Já as perguntas subjetivas visa obter opiniões e percepções dos idosos sobre a utilização do serviço de crédito, conforme se explicita no quadro 2 a seguir. O questionário está fundamentado no trabalho de Vasconcelos (2016).

As variáveis analisadas quantitativamente referem-se às questões socioeconômicas do idoso e de seu domicílio, o que permite identificar o perfil dos participantes desta pesquisa, bem como a forma como os idosos utilizavam os tipos de crédito. Considerando as variáveis: gênero, idade, estado civil, escolaridade, ocupação, renda, condição da moradia, com quem reside, número de pessoas no núcleo domiciliar, responsabilidade pelos gastos domésticos, tipo de crédito utilizado, prazo para quitação do crédito, valor contratado do crédito.

Quadro 2. Relação das variáveis de análise e seus objetivos.

Análise	Variáveis
Qual é o perfil de um idoso que contrata um crédito consignado?	Sexo
	Idade
	Escolaridade
	Renda familiar
	Tipo de moradia
	Ocupação atual
	Responsabilidade pela despesa da casa
Utilização dos serviços de crédito	Tipo de crédito
	Tipo de empréstimo
	Motivos para contratação do crédito/ empréstimo
	Valor da parcela contratada
	Contas em atraso
	Tempo de atraso
Grau de endividamento	Nome em restrição (SPC/ SERASA)
	Percepção de endividamento
	Percepção de alteração da capacidade de pagamento

Fonte: Adaptado de Vasconcelos (2016).

Os dados quantitativos foram analisados por meio de métodos estatísticos descritivos, sendo utilizadas médias e frequências simples, além de análise de correlação (R^2) entre as variáveis demográficas e sobre endividamento, utilizando o software SPSS 2.0.

Em relação às variáveis qualitativas, as quais permitiram verificar as consequências do uso do crédito pelo idoso, são: como o idoso lidou com a redução da renda advinda da contratação do crédito, se reutilizaria o serviço de crédito e qual motivo o levaria a esta reutilização, vantagens e desvantagens do serviço de crédito, motivos pelos quais utilizou este serviço e se o idoso se autodeclara endividado. As variáveis de caráter qualitativo foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo.

A população acima de 60 anos é de 61.674 idosos no município de Uberlândia. Para o cálculo da amostra foi utilizado a fórmula:

$$\text{Tamanho da Amostra} = \frac{z^2 \times p(1-p)}{e^2}$$

$$\text{Onde: } \frac{z^2 \times p(1-p)}{1 + \left(\frac{z^2 \times p(1-p)}{e^2 N} \right)}$$

N : tamanho da população e : margem de erro (5%) z : escore z (95%) p : população

Assim, a amostra calculada foi de 392 idosos de ambos os sexos residentes no município de Uberlândia.

4. Apresentações e análise de resultados

Nesta seção, os resultados serão apresentados em três grupos: o primeiro descreve o perfil socioeconômico, demográfico e domiciliar dos idosos que recorreram ao serviço de crédito. O segundo apresenta as formas do crédito contratado pelos idosos e os motivos que os levaram a utilizar o serviço de crédito. Por fim, são analisadas as consequências do uso do crédito para os entrevistados e a percepção do idoso em relação ao endividamento próprio.

4.1. Perfil dos idosos

Em relação às características socioeconômicas, demográficas e domiciliar dos entrevistados foram verificadas as variáveis idade, gênero, estado civil, nível de escolaridade, ocupação, faixa de renda individual, tipos de domicílios, arranjos familiares, número de moradores nos domicílios, renda individual e responsabilidade pelos gastos domésticos.

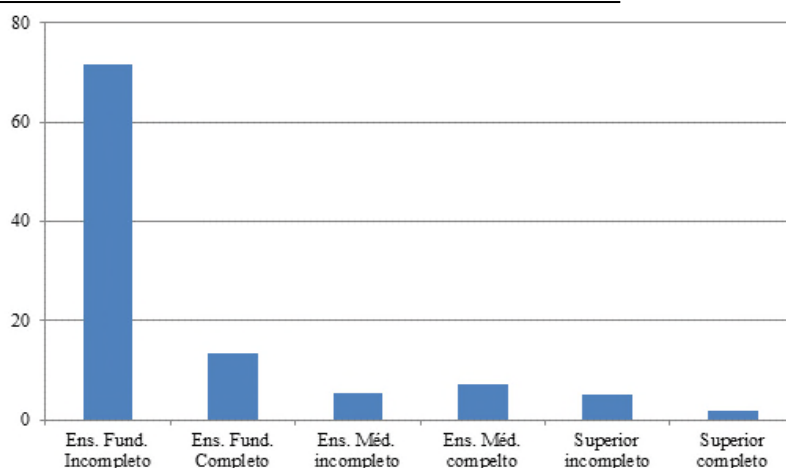
As entrevistas foram realizadas pessoalmente abrangendo um total de 399 idosos sendo 56,9 % mulheres e 43,1 % homens o que corrobora com o resultado encontrado no estudo realizado por Vasconcelos (2016) e Pulcine, Santos e Oliveira (2008) ao afirmarem que o perfil do cliente é composto principalmente mulheres. A idade mínima dos entrevistados foi de 60 anos e a máxima de 100 anos, sendo a média de idade de 71 anos.

Com relação ao perfil dos idosos entrevistados 12,5 % dos entrevistados são solteiros 31,6 % são casados ou possuem companheiros (as), 33,1% são viúvos e 22,8% são divorciados.

No Brasil o nível educacional dos idosos é geralmente menor, isto porque o sistema educacional da época não era tão abrangente quanto se comparado com o momento, muitos não nunca foram para escola e os poucos que foram saíram em pouco tempo (DOLL, CAVALLAZI, 2017). Os resultados obtidos confirmam esta expectativa, pois 71,7% dos entrevistados possuem ensino fundamental incompleto, 13,3% ensino fundamental completo 5,5% ensino médio incompleto, 7,3 % ensino médio completo, 5% ensino superior incompleto e 1,8% ensino superior completo; conforme demonstrado no gráfico 2. Sendo as mulheres, as portadoras dos maiores graus de escolaridade, assim como observado por Vasconcelos (2016).

Ainda de acordo com Doll e Cavallazi (2017), esse grande número de idosos com um nível de escolaridade precária sugere uma limitação por partes dos idosos em lidar com a linguagem escrita o que obviamente impacta na maneira de como os idosos lidam com os contratos bancários. Resultados semelhantes também são apresentados no trabalho de Vasconcelos (2016).

Gráfico 2: Nível educacional dos idosos

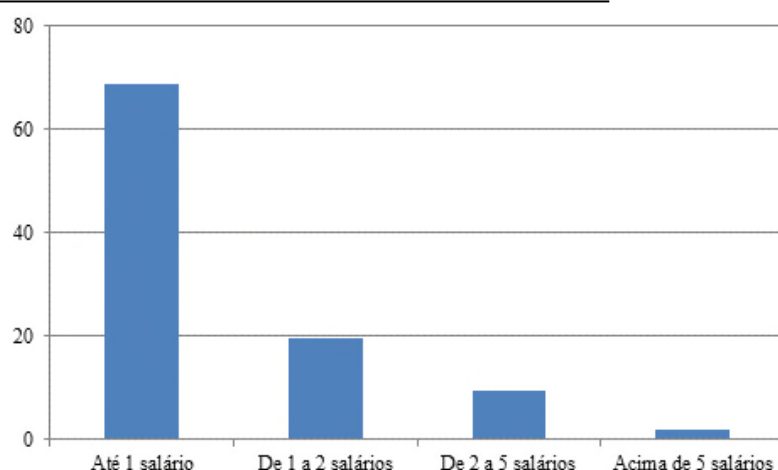


Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo (2019).

Grande parte dos participantes vive em casas próprias (76,2%), poucos moravam em casas de alugueis (17,5%) e alguns em casa de parentes ou imóveis cedidos por terceiros (6,3%). Quando questionados ao tipo de renda, os resultados mostram que 77,4% são aposentados 11,3 % são pensionistas, apenas 3,5% possuem ambos os benefícios e 7,8% possuem outra fonte de renda como trabalho, ou trabalho autônomo.

Quanto á faixa monetária da renda recebido, considerando o salário mínimo vigente no Brasil em 2019 que é de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), obteve-se como resposta: 67% tem uma renda de até um salario mínimo, 19% tem uma renda entre 1 a 2 salários mínimos, 9 % possuem uma renda de 2 a 5 salários mínimos e apenas 2% possuem renda acima de 5 salários mínimos; conforme demonstrado no gráfico 3.

Gráfico 3: Faixa de renda



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo (2019).

Com relação à responsabilidade com os gastos domésticos a maioria (56,4%) dos entrevistados são exclusivamente responsáveis por todos os gastos e 43,6 % compartilham com os demais moradores da residência.

Os dados demonstrados acima corroboram com o que foi apresentado nos trabalhos de Doll e Cavallazi (2017), Vasconcelos (2016) e Lopes *et al* (2014), nos quais, grande parte dos

entrevistados apresenta um padrão de vida simples, o que pode explicar a procura por um dinheiro extra (empréstimos), muita das vezes como uma forma de complemento da baixa renda.

4.2. Utilização dos serviços de crédito

Segundo o Instituto Serasa Consumidor (2014) e o Ministério da Previdência (2015), o uso do crédito está presente na vida dos idosos, dos dias atuais. Assim, buscou-se identificar nesse item, qual o tipo de crédito contratado, qual o valor médio das parcelas dos empréstimos/ financiamentos, gasto médio com o cartão de crédito e com o crediário de loja, e ainda, quais os motivos os levaram a realizar os empréstimos/ financiamentos.

Dos 399 idosos pesquisados, 28% possuem algum tipo de empréstimo/ financiamento. Por meio da tabela 3 é possível identificar qual o tipo de empréstimo/ financiamentos. Dos idosos que possuem algum tipo de empréstimo/ financiamento a maior parte deles (81,48%) optou pelo empréstimo consignado o que corrobora com o que foi apresentado nos estudos realizado por Souza, Medeiros e Medeiros (2016) e Vasconcelos (2016) que constataram que a dívida mais comum entre o grupo da terceira idade é o empréstimo consignado.

Um dado que não se apresentou em nenhum dos estudos verificados para a construção deste trabalho, foi a contratação de crédito/ financiamento rural. Vale ressaltar que, houve na cidade de Uberlândia, a partir de 2007/2008 a regularização, via reforma agrária, de assentamentos rurais. O trabalho de Cardoso (2009) apontou que mais de 45% dos assentados são pessoas com mais de 60 anos. A contratação do financiamento rural também é estimulada pelas facilidades para pagamento da dívida, com prazos de carência de 2 a 4 anos para começar a pagar.

Tabela 3: Tipos de empréstimos/ financiamentos

Crédito de loja	Crédito Consignado	Direto ao Consumidor	Imobiliário	Financiamento Rural	Financiamento Veículo	Carnê de lojas
2,22%	81,48%	3,70%	3,70%	4,44%	2,96%	1,48%

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo.

A média de gasto com cartão de crédito de R\$398,75 e a média do valor das parcelas contratadas é de R\$300,95, o que confirma a posição de comprometimento da renda de no máximo 30%. Entretanto, quase 60% dos que contrataram crédito consignado possuem parcelas que ultrapassam os 30% do comprometimento da renda. Caberia investigar como a parcela descontada direto no pagamento do idoso chega a esse valor, uma vez que existe a lei para restringir isso.

Na tabela 4 é possível identificar quais os motivos levaram à contratação do empréstimo consignado. As razões mais expressivas são pagamento de contas e ajudar um familiar o que é compreensível, pois, como foi demonstrado anteriormente, a renda dos idosos geralmente são insuficiente para cobrir todos os gastos domésticos.

Tabela 4. Motivos para aquisição do crédito consignado

Ajudar parentes	Pagar outras contas	Reformar casa	Saúde/doença
21,48%	24,44%	19,26%	15,56%

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo.

Além disso, reforça o que foi afirmado no trabalho de Souza e Moretto (2014) e Lopes et al (2014) ao afirmar que o afeto e a solidariedade econômica no âmbito da família influenciam de forma significativa na tomada de decisão desses idosos. Já no trabalho de Vasconcelos (2016), o motivo de contratar o crédito consignado para ajudar parentes aparece em terceiro lugar.

4.3. Grau de endividamento

Após analisar quais eram os serviços de crédito contratados e identificar quais eram os motivos que levavam os entrevistados a usar o crédito consignado, buscou-se compreender quais eram as consequências do uso do crédito na vida dos idosos. Desta forma, foi questionado aos idosos se eles perceberam a redução da renda com o uso do crédito (uma vez que no crédito consignado há o desconto imediato do salário), se tiveram eu atrasar alguma outra conta em detrimento do pagamento do crédito contratado, e se eles se consideravam pessoas endividadas.

Como demonstrado na tabela 5, cerca de 41% dos entrevistados possuem algum tipo de empréstimo/ financiamento, entretanto quando questionados se perceberam que houve uma redução na capacidade de pagamento quando as parcelas do empréstimo começaram a serem debitadas, 69,20% dos entrevistados responderam que sim, enquanto 30,80% disseram que não tiveram seu orçamento afetado. No entanto, verifica-se que mais de 26% atrasaram suas contas e mais de 19% tiveram o nome inserido no sistema de SPC/ SERASA, em detrimento de inadimplência.

Embora os dados apresentados nos permitam afirmar que os idosos que contrataram crédito consignado estejam endividados, apenas 20,74% dos idosos declararam ser endividados.

Os resultados apresentados no estudo de Vasconcelos (2016) são semelhantes aos encontrados neste trabalho. A autora identificou que cerca de 29% dos idosos possuem contas em atraso, que aproximadamente 21% deles tem ou já teve o nome no SPC/ SERASA, em razão do desconto em folha de pagamento do crédito consignado. E de forma análoga, aqueles idosos também não se consideram endividados, sendo que apenas 15% afirmaram estar endividados.

Tabela 5. Grau de endividamento dos idosos

Possuem empréstimo/ financiamento	Atrasou alguma conta por causa do empréstimo	Teve o nome no SPC/ SERASA por causa do atraso	Diminuiu a renda	Se consideram endividados
41%	26,67%	19,26%	69,20%	20,74%

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo.

Outro dado analisado com a pesquisa de campo foram as correlações existentes entre as variáveis demográficas e as variáveis do endividamento (tabela 6). Considerando um nível

de significância de 5% verificou-se que há uma correlação positiva entre o grau de escolaridade do idoso e o valor da parcela paga do empréstimo/ financiamento. E considerando o nível de significância de 1%, também verificou-se uma correlação positiva entre o valor da parcela paga pelos idosos e sua renda.

Verifica-se que, à medida que a escolaridade aumenta, aumenta também a renda, e em consequência, aumenta o valor da parcela do empréstimo contratado.

Tabela 6. Correlações entre as variáveis

	Estado Civil	Escolaridade	Renda
Valor da parcela	-0,003	0,100*	0,142**
Renda individual?	-0,015	0,299**	-

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo.

*Correlação com grau de significância de 0,01

** Correlação com grau de significância de 0,05

Com base nos dados coletados percebe-se que o perfil socioeconômico e demográfico dos entrevistados é idoso, que na grande maioria vivem sozinhos e são exclusivamente responsáveis pelos gatos domésticos, com um nível de escolaridade baixo, com casas próprias, entretanto com um padrão de vida simples, pois, a renda mensal é de até um salário mínimo (R\$998,00).

Um ponto que se destaca após a análise dos dados coletados é que o crédito consignado quando comparado com outros tipos de crédito, tem um crescimento significativo, pois, grande parte dos entrevistados que possuía algum tipo de empréstimo/ financiamento optou pela modalidade do crédito consignado. A maior parte dos clientes opta por esse crédito para pagar outras contas o que nos mostra que apenas o benefício recebido todo mês pelos idosos na grande maioria não são suficientes para atender suas necessidades básicas. Outro motivo que chamou bastante atenção é que muitos recorrem a esse serviço de crédito para benefício de ouros, ou seja, para ajudar algum familiar que esteja precisando.

Dentre os resultados há alguns pontos o que chama mais atenção dentre eles esta o fato de que a maior parte os entrevistados afirmam ter uma redução na capacidade de pagamento de outras contas a partir do momento que empréstimo começou a ser debitado em seus pagamentos, além de quase todos relatarem que possui a renda todo comprometida com obrigações já adquiridas. Mesmo assim quando são questionados sobre o fato de se considerarem endividados 79,26% afirmaram que não.

5. Considerações finais

O rápido crescimento do número de idosos no Brasil, nas últimas décadas e, a partir de 2003, com a política pública que aumentou a disponibilidade de rendas regulares e estáveis, mesmo que pequenas, tornou os idosos importantes para a economia. A descoberta das pessoas idosas como consumidores, tornou-se interessante não só para o comércio em geral, mas, e principalmente, para os bancos e financeiras, que tinham por objetivo expandir o sistema de crédito, principalmente o consignado.

Vários trabalhos como os de Doll e Cavallazzi (2017), Vasconcelos (2016), Souza, Medeiros e Medeiros (2016), Souza et al. (2014), entre outros, de forma análoga, estudaram o comportamento do idoso frente ao crédito consignado e o endividamento. Verifica-se que o descontrole financeiro tem várias repercussões, sendo o superendividamento considerado um problema social, visto que traz consequências desastrosas para a vida do devedor e de sua

família, pois ocorre a sua exclusão da sociedade de consumo e das atividades rotineiras, podendo levar à depressão, isolamento, vergonha pública em relação a sua situação.

Pelos resultados encontrados, percebe-se que o crédito consignado tem sido utilizado pelos idosos para várias finalidades, dentre elas destaca-se pagar outras contas e/ou para ajudar parentes. Verificou-se que em relação ao total dos 399 entrevistados, o número de endividados é baixo. Embora, aqueles que estejam endividados, não se assumem como endividado.

Tal fato pode ser confirmado, pois, por mais que eles afirmassem que ao adquirirem o crédito consignado tivessem problemas com o orçamento e que sua renda já estivesse toda comprometida, eles não se consideram endividados. Pode-se concluir que, por mais que esses idosos não tenham a percepção de que eles se encontram em situação de endividamento ocasionado por terem sua renda comprometida, eles permaneceram em situação de risco de superendividamento devido ao afeto que tem por seus familiares, pois, o crédito consignado é visto por eles como um mecanismo de conseguir um dinheiro extra de forma rápida.

Embora o trabalho permita fazer algumas conclusões e tenha apresentado resultados análogos a outros trabalhos na mesma linha, este se limita ao público alvo analisado, que foi os idosos do município de Uberlândia em Minas Gerais. Assim, como sugestão de pesquisa futura, tem a possibilidade de uma pesquisa mais ampla que permita uma análise mais completa em nível nacional, de forma que possa ser utilizada para criação de políticas públicas para melhorar a situação de endividamento do idoso no Brasil.

Como retorno à contribuição dada pelos idosos participantes desta pesquisa sugere-se a realizações de atividades como palestras e discussões voltadas para a educação do consumidor, visando criar condições para que o idoso possa refletir de forma mais conscientes sobre os seus gastos e a sua necessidade de contratação de empréstimos/ financiamentos de quaisquer espécies.

6. Referências

- ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 10a ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- BANCO CENTRAL. FAQ - **Documento 3050**: Modalidades de crédito. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/Fis/crc/port/faq_3050_4.asp acessado em: maio de 2018.
- BANCO CENTRAL. **Conheça os tipos de empréstimos disponíveis para consumidores de serviços financeiros**. 26/02/2018, Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/noticias/227> acessado em: junho de 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARONE, F. M.; SADER, E. **Acesso ao Crédito no Brasil: Evolução e Perspectiva**. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.42, p. 1249-1267, nov. – dez. de 2008.
- BUAES, C.S. Educação Financeira com Idosos em um Contexto Popular. **Revista Educação e Realidade**. vol.40 nº.1 Porto Alegre Jan./Mar. 2015.
- CAMARANO, A. A. Envelhecimento da População Brasileira: Uma Contribuição Demográfica. **Texto para Discussão** nº 858 (IPEA), P-1-26, 2014.
- CARDOSO, L. F. ASSENTAMENTOS RURAIS: desafios de conquista e permanência na terra no P. A. Fazenda Nova Tangará, Uberlândia (MG). **Dissertação (Mestrado)** – Universidade Federal de Uberlândia, 209. 111 p.
- CERVO, Amado L, BERVIAN, Pedro A.; **Metodologia Científica**. 5a ed.; São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.
- MINISTÉRIO DA FAZENDA. **CNP: conselho debate a importância da educação financeira**. Março 2017. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/2017/03/cnp-conselho-debate-importancia-da-educacao-financeira/> acessado em: junho de 2018.

DICKERSON, A. Michele, Consumer Over-Indebtedness: A U.S. Perspective. **Texas International Law Journal**, Vol. 43, p. 135, 2008.

DOLL, J.; CAVALLAZZI, R. L. Crédito consignado e o superendividamento dos idosos. **Revista Brasileira do Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 107, p. 309-342, 2016.

FIGUEIRA, R. F.; PEREIRA, R. C. F. Devo, não nego, pago quando puder: uma análise dos antecedentes do endividamento do consumidor. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 13, n. 5, p. 124-138, 2014.

FERREIRA, R. **Como Planejar, Organizar e Controlar seu Dinheiro**. Thomson IOB. São Paulo: 2006.

GIGLIUCCI, P. H. C. Crédito consignado a aposentados e pensionistas do INSS: evolução e fatores de sua expansão. **Dissertação (Mestrado)** – Universidade de São Paulo, 2012. 57 p.

GUTTMANN, R. PLIHON D. O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças. **Economia e Sociedade**, Campinas, v 17, dez. 2008.

IBGE, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** - PNAD Contínua, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html> acessado em junho de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@: Minas Gerais - Ituiutaba. 2018**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=313420&search=minas-gerais|ituiutaba> . Acesso em: 25 de maio de 2018.

INSS. Instituto Nacional Do Seguro Social. Informações da Página do Ministério da Previdência Social. 2009. Disponível em: <<http://www.mpas.gov.br/vejaNoticia.php?id=36850>>

IPEA. Análise mostra trajetória do crédito. **Carta de Conjuntura**, 16/12/2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29186 acessado em junho de 2018.

KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER Sharon L. **Pai Rico, Pai Pobre**. Tradução: Maria Monteiro. 46. Ed. Editora Elsevier, 2000, p. 187

LOPES, J.R.L. Crédito ao consumidor e superendividamento uma problemática. **Revista de Informação Legislativa Geral**. Brasília a. 33 n. 129 jan./mar. 1996. Disponível em : <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496861/RIL129.pdf?sequence=1#page=104>> Acessado em: 10 de Junho de 2018.

LUCCI, Cintia Retz; ZERRENNER, Sabrina Arruda; VERRONE, Marco Antonio Guimarães; SANTOS, Sérgio Cipriano dos. A Influência da Educação Financeira nas Decisões de Consumo e Investimento dos Indivíduos. In: IX Seminários em Administração, 2006, São Paulo. **IX SEMEAD FEA-USP**, 2006.

LUQUET, Mara. Guia Valor econômico de finanças pessoais. **Revista e Atualidade**. 2.ed. São Paulo. Editora Globo. 2007

MITCHELL, J. Creditcards, new technology and consumer debt. **International Journal of Consumer**. Volume 13, Issue 4 December 2009. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1470-6431.1989.tb00025.x>> acessado em junho de 2018.

PEIC, PESQUISA CNC Endividamento e Inadimplência do Consumidor. **O perfil do endividamento das famílias brasileiras em 2017**.

PIRES, Valdemir. **Finanças Pessoais Fundamentos e Dicas**. Piracicaba: Editora Equilíbrio, 2006. 114 p.

PULCINE, P. R. SANTOS, V. S. OLIVEIRA, E. A. A. Q. O papel do crédito consignado brasileiro para aposentados e pensionistas. In: **ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**, 12, 2008; **ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO**, 8, 2008. Anais... São José dos Campos: UNIVAP, 2008.

SANCHES, R. N.; TESTON, E. F.; GÓES, H. L. F.; , MARCON S. S. O cuidado cotidiano na perspectiva de idosos independentes e de seus familiares mais próximos. **Avances en Enfermería**, vol.36 no.1 Bogotá Jan./Apr. 2018.

SCHUH, A.B.; CORONEL, D. A.; FILHO, R. B.; Empréstimo de folha de pagamento e sua relação com a atividade econômica agregada (2004-2014). **Revista de Administração Mackenzie**. V.18. nº1. São Paulo. Jan/ Feb 2017.

SILVA, J. A. A política monetária nos governos Lula e Dilma. **Revista de Economia da UEG** - Vol. 13, N.º 1, Jan/Jun. 2017.

Serasa Experian. Idosos estão muito mais inadimplentes com contas de água, luz e gás do que o restante da população, revela Serasa. Disponível em : <
<https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/idosos-estao-muito-mais-inadimplentes-com-contas-de-agua-luz-e-gas-do-que-o-restante-da-populacao-revela-serasa> >Acessado em 16 de Outubro de 2018.

SOUZA, Y. G.; MEDEIROS, P. C.; MEDEIROS, S. M.; Endividamento financeiro na terceira idade. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande , XIX, n.146, mar 2016. Disponível em:<
http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16966 > Acesso em 20 de Maio de 2019.

SOUZA, B. O.; MORETTO, C. F.; Entre a razão e a Emoção: a tomada de crédito consignado pelos idosos. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**. v.11. n.1. 2014. Disponível em : <
<http://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/3978> > Acesso em 20 de Maio de 2019.

SPC Brasil. 57% dos consumidores da terceira idade não têm qualquer reserva de dinheiro, aponta SPC Brasil, 2014. Disponível em:<
<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/896>> Acesso em 23 de Maio de 2018.

SPC Brasil. O Brasil possui 59,0 milhões de consumidores negativados. Junho de 2017.

TOSI, ARMANDO JOSÉ. **Matemática Financeira com Ênfase em Produtos Bancários**.2.ed. São Paulo, Atlas,

UNFPA. Envelhecimento no Século XXI: Celebração e Desafio. **HelpAge News**. Nova Iorque: HelpAge International, 2012.

VASCONCELOS, A. M. Utilização De Crédito Pelos Idosos Participantes Do Programa Municipal De Terceira Idade De Viçosa – MG. **Dissertação**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2016.

ZERRENNER, S. A. Estudo Sobre as razões para a população de baixa renda. 2007. 57 f. **Dissertação (Mestre em Ciências Administrativas)** - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO N° _____

Sexo: () Feminino () masculino

Qual a idade do(a) Sr(a).? _____

02: Qual o seu estado civil?

1() solteiro; 2() casado/em união estável
3() viúvo 4() separado/divorciado

03: Qual o seu grau de escolaridade?

() ensino fundamental incompleto
() ensino fundamental completo
() ensino médio incompleto
() ensino médio completo
() ensino superior incompleto
() ensino superior completo
() pós-graduação

04: Qual a sua ocupação?

() aposentado
() pensionista
() aposentado e pensionista
() autônomo
() empregado com Carteira de Trabalho
() empregado sem Carteira de Trabalho
() outros _____.

05: Qual a sua renda individual?

() Até 1 salário () De 1 a 2 salários
() De 2 a 5 salários () Acima de 5 salários

06: Qual o tipo de moradia que o(a) Sr(a). utiliza?

() aluguel () moradia própria
() em casa de parentes () imóvel cedido por terceiros.

07: Quantas pessoas moram com o(a) Sr(a)., incluindo o(a) Sr(a).: _____

08: Responsabilidade com os gastos domésticos:

() exclusiva/só o entrevistado
() compartilhada/com demais membros.

09: Possui cartão e crédito?

() sim () não

10: Se sim, qual a média de gasto no cartão?

11: Tem algum tipo de empréstimo/ financiamento? Qual?

() cartão de crédito de loja
() crédito consignado
() crédito direto ao consumidor
() crédito imobiliário
() financiamento rural
() cartão de crédito
() financiamento de veículo
() carnê de lojas
() outros _____.

12: Qual o valor da parcela paga com empréstimo/ financiamento? R\$ _____

13: O(a) Sr(a). teve que atrasar alguma conta para pagar o empréstimo/ financiamento?

() sim () não

14: Por quanto tempo a conta se manteve em atraso?

() menos de 1 mês () de 1 até 2 meses
() de 2 até 3 meses () acima de 3 meses.

15: O (a) Sr(a). teve o nome inscrito no SPC/Serasa em decorrência deste atraso?

() sim () não

16: O (a) Sr(a). percebeu que a sua renda mensal diminuiu em razão do pagamento do crédito?

() sim () não

17: Por que o(a) Sr(a). recorreu ao serviço de crédito?

18: O(A) Sr(a). se considera uma pessoa endividada? Por quê?

